

Florianópolis, 04 de março de 2021.

**A comissão permanente de análise de estudo de Impacto de Vizinhança (CEIV) do
Município de Balneário Camboriú/SC**

REF: Parecer Técnico 003/2021 - CEIV.

Processo Administrativo: 2019030621

Cumprimentando-o cordialmente, em nome de Hanna Empreendimentos Imobiliários S/A, empresa inscrita no CNPJ 13.153.948/0001-29, viemos por meio deste, submeter à análise técnica da CEIV, as respostas ao Parecer 003/2021, bem como uma via impressa e uma via digital da segunda versão do Estudo de Impacto na Vizinhança – EIV do empreendimento residencial, cuja implantação é pretendida para acontecer em terreno de DIC nº 37.871, localizado na Rua José Manir Lucca, n 63 bairro Pioneiros, Balneário Camboriú/SC.

As repostas aos itens do Parecer 003/2021 são apresentadas a seguir:

1. Referente ao “item 1.4 – identificação da Equipe Técnica” deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica, ou equivalente, de todos os envolvidos. Inclusive deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica, ou equivalente, do responsável técnico pela elaboração do Estudo de Tráfego;

2ª Análise: A Engenheira Ambiental Amanda Rafaela Schmidt emitiu a ART com a atividade técnica “Elaboração e “Ordenamento Ambiental”, sobre o objeto “Tráfego”, quanto a sua atribuição/habilitação em emitir ART sobre EIT, solicita-se documento do CREA/SC no qual ateste que as atividades técnicas integrantes na ART nº 7417412-6, e em especial ao conteúdo do campo “observações”, em conformidade com a legislação profissional que regula o exercício profissional;

3ª Análise: Reiterando, deverá comprovar capacidade técnica para a elaboração do estudo/laudo de impacto no trânsito, ou seja, o profissional habilitado deverá ter formação na área de tráfego;

Resposta: O Engenheiro Civil Valmir Antunes da Silva CREA/SC 020147-3 foi o responsável técnico pelo estudo de tráfego, conforme a ART apresentada no Anexo 9.4 assim como diversos atestados de capacidade técnica referente a estudos de tráfego também constantes no Anexo 9.4 desta versão para a 4ª Análise.

5. No item 2.9.5 – Drenagem deverá apresentar a metodologia de cálculo (norma ABNT 10844), distribuição temporal, o volume a ser lançado na rede pluvial pública e o projeto do reservatório para reaproveitamento.

2ª Análise: Atendida parcialmente, devendo apresentar a distribuição temporal (com referência dos dados), o volume a ser lançado na rede pluvial pública e o cálculo fundamentado do volume do reservatório de águas pluviais (volume de 70.080 l). Dentro deste mesmo contexto, foi apresentado no projeto hidrossanitário (prancha 09) a descrição do “Reservatório” de Águas Pluviais ($v = 70.080,00$ l) com extravasor para a rede pública de drenagem e, no item 4.2.2.1 cita como medida mitigatória o “reaproveitamento de águas de chuva”, porém no projeto apresentado não foi observada nenhuma instalação para uso de águas pluviais no empreendimento. Esclarecer.

3ª Análise: Não Atendido

Resposta: Os detalhes exigidos foram apresentados no memorial de cálculo, que acompanhou o projeto de drenagem. (anexo 9.12 do EIV).

Os valores de índices pluviométricos foram retirados da tabela da EPAGRI, pertinentes à Joinville e região, pelo fato de não haver índice pluviométrico específico para o município de Balneário Camboriú.

O empreendimento só irá utilizar água das chuvas para torneiras do jardim e pavimento de lazer, para irrigação e demais usos não potáveis, não havendo necessidade de tratamentos e filtragem, sendo apresentado no projeto hidrossanitário de esgoto planta 01 todas as instalações para coleta, armazenamento de águas das chuvas e localização da cisterna com capacidade para armazenamento de 70.080 litros, que serão utilizadas nas torneiras do jardim e pavimento de lazer, sendo que todo o sistema para captação e uso de águas pluviais atende ao que é exigido pela EMASA. Na planta do projeto hidrossanitário de esgoto 02 e 03 que referem-se aos pavimentos de garagem e Lazer é apresentada as instalações para o

uso de águas pluviais nas torneiras de jardim, com a indicação "sobe água pluvial" conforme ilustra as figuras a seguir.



7. Deverá apresentar Consulta de Viabilidade e Autorização de Terraplanagem – SEMAM, completas, visto que nos anexos só foi apresentada a primeira página de cada documento. Assim como deverá verificar a validade das viabilidades.

2ª Análise: Atendido parcialmente. Foi apresentada a complementação da Viabilidade SEMAM nº1427/2017, não sendo apresentada a autorização de Terraplanagem. Assim como a LAI apresentada, encontra-se vencida e, é de empreendimento com características diversas do empreendimento objeto deste parecer. Rever.

3ª Análise: Não atendida. Conforme mencionado no Ofício Resposta, foi solicitada a dispensa de “Alvará de Terraplanagem” à SEMAM. Deverá apresentar a referida “dispensa” emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Resposta: Conforme troca de informativos junta a SEMAM Constante no Anexo 9.16 onde a mesma informa que não emite dispensa de terraplanagem, caso haja movimentação de terra deve ser apresentado projeto, o que não é o caso do empreendimento, uma vez que o terreno já está terraplanado.

A SEMAM informa que não emite “Dispensa de autorização de Terraplanagem”, uma vez que é uma atividade técnica taxativa, na qual compete ao responsável técnico do empreendimento demonstrar e declarar de que não haverá necessidade de movimentação de terra para a execução do empreendimento, comprovado por meio dos projetos de engenharia.

Portanto ressalta-se que no empreendimento não haverá terraplanagem conforme demonstrado no projeto de engenharia e levantamento topográfico, mostrando o terreno já conformado topograficamente, além de fotos apresentadas no EIV (Figura 6 – Situação atual do Imóvel).

9. Apresentou somente duas pranchas do Projeto Hidrossanitário, também com população estimada divergente das demais informações prestadas no estudo. Deverá apresentar o dimensionamento com os ajustes dos dados (estudo X projeto), incluindo reservatório de “reaproveitamento” e descrição das “estruturas simplificadas para tratamento de água de chuva (citada nas medidas mitigadoras);

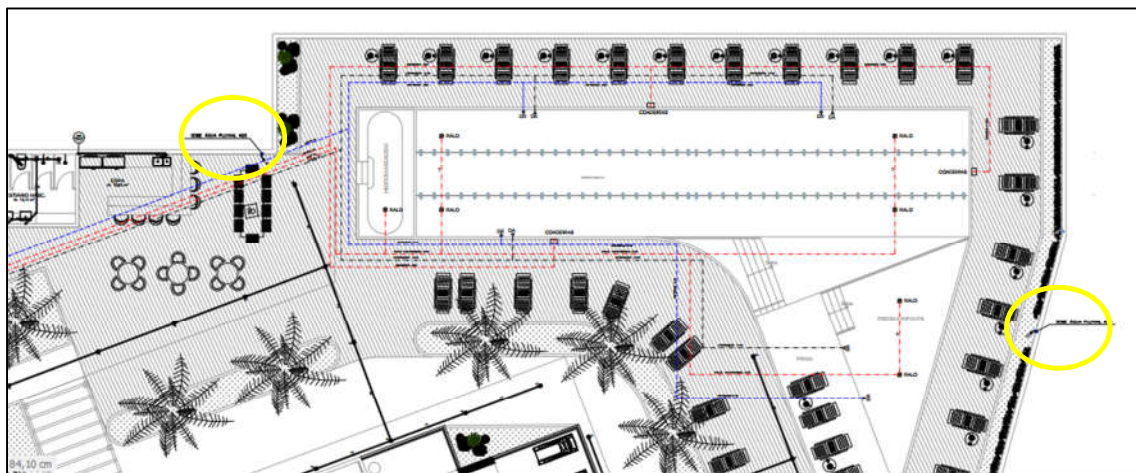
2ª Análise: Atendido parcialmente, apresentou as pranchas do projeto hidrossanitário. Quanto ao cálculo da população apresentado no projeto deverá rever, pois considerando o número de quartos de 392 (dois habitantes por quarto: $392 \times 2 = 784$ pessoas) e aplica nos cálculos o valor de 384 pessoas. Ainda, não demonstrou em projeto as instalações para o reaproveitamento das águas pluviais (apresentou somente a locação do reservatório de águas pluviais e extravasor direcionando a rede pública de drenagem), assim como não apresentou a descrição e detalhamento das “estruturas simplificadas para tratamento da água de chuva” (citada nas medidas mitigadoras).

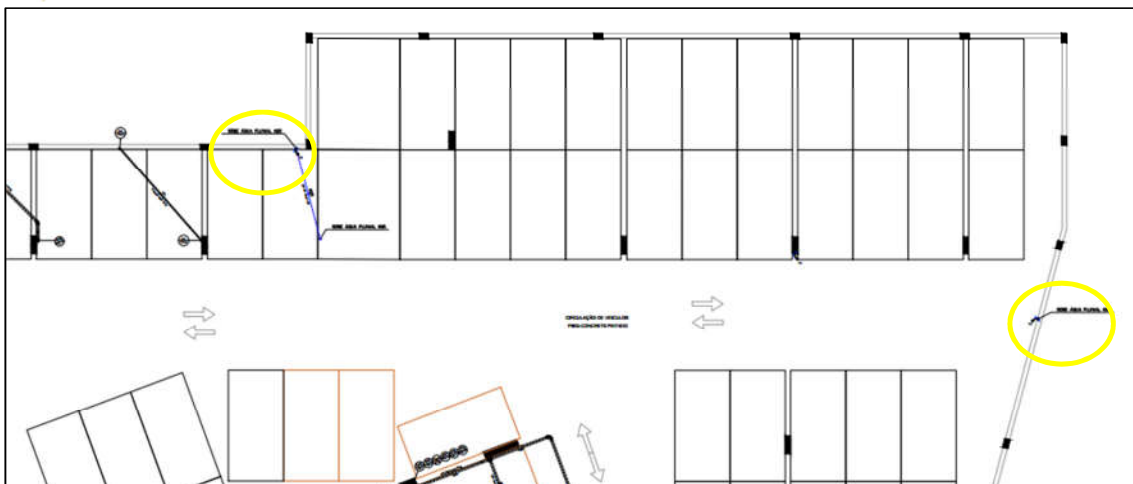
Deverá identificar no Projeto Hidrossanitário a utilização de água de reuso/reaproveitamento das águas pluviais, definindo os pontos de uso (finalidade), sendo necessária a aprovação pela EMASA com relação a utilização de água da chuva para este fim.

3ª Análise: Atendido parcialmente (somente em relação à população)

Resposta: Não haverá tratamento da água das chuvas, pois as mesmas serão utilizadas somente para jardins e pavimento de lazer (lavação), as plantas apresentadas no Anexo 9.13 que se referem ao projeto hidrossanitário foram revisadas e ajustadas com as alterações exigidas na análise do EIV.

O empreendimento só irá utilizar água das chuvas para torneiras do jardim e pavimento de lazer, para irrigação e demais usos não potáveis, não havendo necessidade de tratamentos e filtragem, sendo apresentado no projeto hidrossanitário de esgoto planta 01 todas as instalações para coleta, armazenamento de águas das chuvas e localização da cisterna com capacidade para armazenamento de 70.080 litros, que serão utilizadas nas torneiras do jardim e pavimento de lazer, sendo que todo o sistema para captação e uso de águas pluviais atende ao que é exigido pela EMASA. Na planta do projeto hidrossanitário de esgoto 02 e 03 que referem-se aos pavimentos de garagem e Lazer é apresentada as instalações para o uso de águas pluviais nas torneiras de jardim, com a indicação "sobe água pluvial" conforme ilustra as figuras a seguir.





11. Referente ao item "2.12 Sistema Viário e o Empreendimento" a CEIV tem as seguintes considerações:

11.5 Realizar contagem na R. Miguel Matte (nos cruzamentos das vias de acesso de veículos) e fazer os cálculos necessários subsequentes (considerar ciclistas na contagem);

2ª Análise: Corrigir o resultado da equação do NS na página 139, de 0,48 para 0,27.

11.8 Levantar o número de viagens de funcionários atraídas pelo empreendimento e o modal a ser utilizado;

2ª Análise: Atendido. Recomenda-se como mitigação ao impacto no transporte coletivo a implantação de um abrigo de passageiros na Rua Miguel Matte, conforme o projeto BC BUS.

Resposta: As medidas mitigadoras para o aspecto "Geração de Tráfego e demanda por Transporte Público" são descritas no item 4.2.3 do EIV.

3ª Análise: Não foi citada nas medidas mitigatórias (Matriz – Anexo 9.6. do EIV) a implantação do Binário. Ainda, caracterizar como será realizado o transporte coletivo particular dos trabalhadores da obra, considerando que, há uma grande oscilação no número de trabalhadores no decorrer da obra, tal como no 1º mês de obra estão previstos 10 trabalhadores e no 32º e 33º estão previstos 215 trabalhadores (explicar a logística a ser aplicada no transporte coletivo particular: horários, local de desembarque/embarque etc). Ainda, no relatório de cumprimento das medidas mitigatórias (cfe.

estabelece o art. 16, da Lei Complementar nº 24/2018) deverá apresentar Nota Fiscal (ou documento equivalente) para comprovação do uso do transporte coletivo particular;

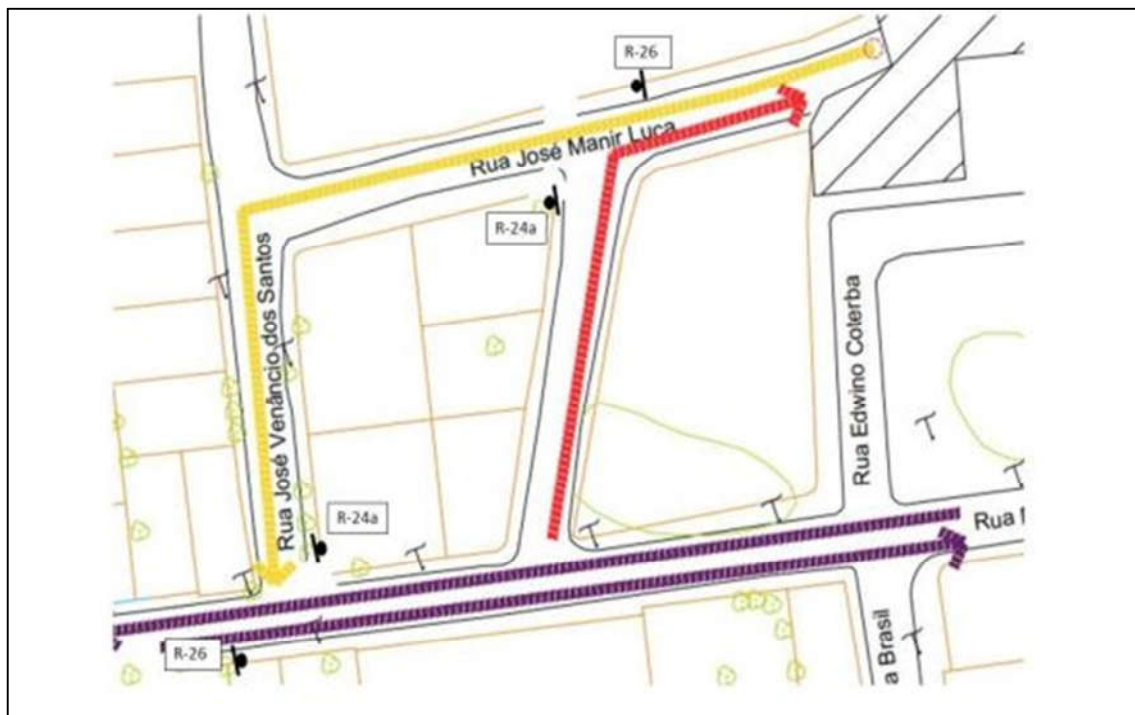
Resposta: Contemplado, no EIV na matriz de impactos Anexo 9.6 foi citado como medida mitigadora para o impacto do aumento do tráfego a implantação do Binário. No item 2.12.5.1 – Transporte dos trabalhadores da Obra – Fase de Implantação do EIV é descrito a logística a ser aplicada os horários de entrada e saída da obra e o local de embarque e desembarque dos trabalhadores. As notas fiscais ou documento equivalente para comprovação do uso do transporte coletivo particular serão apresentadas no relatório de cumprimento das condicionantes nos períodos em que o serviço for contratado pelo empreendedor previsto para os picos de trabalhadores na obra.

11.9 Analisar os raios de giro do veículo tipo (fase de implantação, com caminhões, e fase de operação) e intervenções necessárias nas interseções das R. José Venâncio dos Santos, Rua Francisco C. Silva e R. Miguel Matte que fazem parte das rotas de chegada ao empreendimento.

2ª Análise: Como medida mitigatória para as situações apresentadas, projetar e implantar um binário constituído pelas Ruas Francisco C. Silva e R. José Venâncio dos Santos, da seguinte forma: Rua Francisco C. Silva (sentido único – da Rua Miguel Matte para a R. José Manir Luca), R. José Venâncio dos Santos (sentido único – da R. José Manir Luca para a R. Miguel Matte). Ainda serão necessárias as medidas citadas no relatório: sinalização, restrição de horário (permitido somente fora dos horários de pico da via – corrigir isso na página 153, no primeiro parágrafo, que considera apenas hora-pico) e bloqueio de faixa. Para a implantação dessas medidas (exceto restrição de horário), solicitar autorização à BC Trânsito (Autarquia municipal de Trânsito).

3ª Análise: O projeto para implantação do binário não está completo. Seguem orientações: 1. fazer levantamento da sinalização existente; 2.

projetar sinalização vertical a remover, girar, substituir e implantar; 3. projetar sinalização horizontal a remover e implantar. A sinalização vertical apresentada no anexo 9.17 não está correta; segue abaixo a que a substitui e ainda é necessário complementá-la com sinal de Pare, Proibição de Estacionamento, etc.



Resposta: É apresentado no Anexo 9.17 o projeto ajustado e revisado para implantação do Binário contemplando a sinalização vertical existente, a sinalização vertical existente que necessitará ser removida ou girada, e a sinalização vertical a ser implantada, assim como são projetadas as sinalizações horizontais a serem implantadas. Conforme ilustra a figura a seguir.



3ªAnálise: Com a apresentação da nova Matriz Qualiquantitativa (2º complemento) a CEIV faz as seguintes colocações sobre a classificação dos impactos/medidas mitigatórias:

A. No impacto “pressão no sistema municipal de abastecimento de água”, na operação, a CEIV entende que a abrangência é a AVI (5), pois o abastecimento do empreendimento será de reservatório localizado no Bairro das Nações. Rever valoração do atributo;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

B. Para o impacto “pressão sobre o sistema municipal de coleta e tratamento de esgoto”, a abrangência a ser considerada é, no mínimo, a AVD (3).
Rever;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

C. O impacto “geração de resíduos”, na fase de implantação, foi considerado “reversível”. A CEIV entende que a reversibilidade é parcial (3). Rever valoração do atributo;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

D. No impacto “aumento do tráfego de veículos e aumento de demanda de transporte público”:

D1. Na fase de implantação, conforme as medidas mitigatórias apresentadas na matriz (anexo 9.6 do 2º complemento), a CEIV entende que não cabe o percentual de 50 % de mitigação, pois as medidas não são de relevância suficiente a fim de atingir todo esse percentual. Rever;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

D2. Na fase de operação não foram apresentadas na matriz (anexo 9.6 do 2º complemento) as medidas mitigatórias referentes ao Binário;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

D. No impacto “aumento da poluição sonora”, na fase de implantação, rever a medida mitigatória referente a operação: “...bem como nas áreas comuns do edifício e informativos aos moradores sobre o atendimento as normas e leis”. Ainda, a CEIV entende que a importância desse impacto é, no mínimo, moderada (3), que o prazo é cíclico (3);

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

E. Justificar ser considerada baixa (1) a importância do impacto “afugentamento da fauna devido à emissão de ruídos da obra” ou alterar;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV, a importância do impacto foi alterada para moderada (3).

F. Para o impacto “conflitos de uso e ocupação do solo”:

F1. No EIV cita que os “conflitos podem acontecer, em especial, durante a implantação do empreendimento, por exemplo, entre trabalhadores da obra e moradores e usuários do bairro”, logo, a área de abrangência deverá ser, pelo menos, a AVD (3). Rever a valoração do atributo;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

F2. A CEIV entende que a aplicação da medida mitigatória de “Implantação de Programa de Comunicação Social”, tem uma relevância máxima de 30%. Já o cumprimento das legislações vigentes (ambientais, Plano Diretor) não pode ser aplicado no percentual de mitigação. Rever percentual de mitigação;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

G. Foi abordado, no aspecto “Equipamentos Urbanos e Comunitários”, o impacto “geração de resíduos” (nas fases de implantação e operação), e conforme a descrição no item 4.2.2.4: “Em se tratando de obras a maior geração relaciona-se à resíduos da construção civil (RCC)”.

Posteriormente, no aspecto “Geração de Resíduos”, foi abordado novamente o mesmo impacto para a fase de implantação. Retirar um dos impactos da matriz (fase de implantação), conforme a Lei Complementar nº 24/2018, art. 6º, § 1º: “O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo”;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

H. O impacto “alteração da paisagem” foi considerado de baixa importância. A CEIV entende que a importância é alta. Rever;

Resposta: Contemplado na versão para a 4ª análise do EIV

I. No item 4.2.9.1 do EIV, descrever, de forma objetiva, clara e direta o impacto “aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais” (no aspecto “interferência no ambiente natural”), ou seja, qual é o impacto propriamente dito, além dos que envolvem a fauna (afugentamento e colisão) e rever as medidas mitigatórias apresentadas;

Resposta: Entende-se que o empreendimento não causará impacto ao aspecto interferência no ambiente natural além do afugentamento da fauna terrestre nas imediações e da provável colisão da avifauna com o empreendimento, de forma que o impacto do “aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais” será inexistente devido ao futuro empreendimento ser implantado em área de ambiente construído consolidado, e onde já existiam usos pretérito residencial, e em virtude da zona de ambiente natural incidente no terreno do empreendimento não ser utilizada pelo mesmo, não havendo supressão de vegetação, ou intervenções diretas em meio

natural, portanto os impactos a este aspecto se restringem ao afugentamento e colisão da fauna.

O impacto "aumento da pressão sobre os ecossistemas naturais" foi retirado da matriz de impacto e de sua respectiva descrição no item 4.2 na versão para a 4ª análise do EIV.

J. Para o impacto "afugentamento da fauna terrestre", na fase de operação:

J1. Justificar a expectativa de ocorrência "incerta" ou alterar (certa "3");

Resposta: A expectativa de ocorrência do impacto foi alterada para certa (3) na matriz de impactos do EIV na versão para a 4ª análise.

J2. Justificar a reversibilidade ser "parcial" ou alterar (irreversível "5");

Resposta: A reversibilidade do impacto foi alterada para irreversível (5) na matriz de impactos do EIV na versão para a 4ª análise.

J3. Justificar o prazo ser cíclico ou alterar (permanente "5");

Resposta: O prazo do impacto foi alterado para permanente (5) na matriz de impactos do EIV na versão para a 4ª análise.

L. Para o impacto "colisão da avifauna com o empreendimento":

L1. Justificar a expectativa de ocorrência "incerta" ou alterar;

Resposta: A expectativa de ocorrência do impacto foi alterado para certa (3) na matriz de impactos do EIV na versão para a 4ª análise.

L2. Alterar a abrangência de ADA para AVD;

Resposta: Alterado a abrangência do impacto para AVD na matriz de impactos do EIV na versão para a 4ª análise

M. Para o impacto "deterioração das vias públicas", a CEIV entende que deverá aplicar medida mitigatória de reparação dos danos nas vias, na sinalização horizontal e na drenagem;

Resposta: Contemplado, foi inserido como medida mitigadora a reparação de danos a via, a sinalização horizontal e a drenagem.

N. O impacto de "emissão de materiais particulados" ultrapassa a área "ADA". Rever a valoração do atributo abrangência para AVD (3);

Resposta: Alterado na matriz de impactos para abrangência AVD (3) na versão para a 4ª análise do EIV.

O. No impacto “aumento da poluição do ar”, rever a valoração do atributo expectativa de ocorrência para certa (3), considerando que a emissão de materiais particulados já é poluição do ar;

Resposta: Alterado na matriz de impactos para ocorrência certa (3) na versão para a 4ª análise do EIV.

2ª Análise:

14. A paginação do “SUMÁRIO” não condiz com o a disposição dos assuntos no estudo.

3ª Análise: Não atendido. Rever a ordem das páginas no EIV e no Sumário;

Resposta: Contemplado, o sumário e a ordem das páginas foram corrigidas no EIV na versão para a 4ª análise.

3ª Análise: Em relação ao valor do índice IEU (Influência nos Ecossistemas Urbanos), deverá aplicar o valor de 0,9%, considerando que o lote está localizado em duas zonas (ZACC – I C e ZAN I), aplicando o disposto na LC nº 24/2018, art. 8º, § 3º, inc. IV: “nos casos de empreendimentos que abranjam duas zonas distintas aplicar-se-á o maior valor entre os percentuais das respectivas zonas.

Resposta: Contemplado, foi alterado o enquadramento do valor do índice “ Influência nos Ecossistemas Urbanos” para o valor de 0,9% na versão para a 4ª análise do EIV.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Emerilson Gil Emerim
Diretor Técnico
Ambiens Consultoria e Projetos Ambientais EIRELI